



# DIÁRIO OFICIAL

DO PODER LEGISLATIVO  
DO MUNICÍPIO DE  
EXTREMA

08/04/2025 - ANO VII - EDIÇÃO 1351



## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

### Portaria Nº 4/2026 De 08 de janeiro de 2026

Comunica as datas de realização das reuniões ordinárias.

O Presidente da Câmara nos atributos da sua função, nos termos do art. 16 do Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º. As Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal de Extrema da Segunda Sessão Legislativa da Legislatura 2025/2028 terão início às 19h30min e realizar-se-ão nas seguintes datas:

Primeira Reunião Ordinária: 02/02/2026

Segunda Reunião Ordinária: 09/02/2026

Terceira Reunião Ordinária: 23/02/2026

Quarta Reunião Ordinária: 02/03/2026

Quinta Reunião Ordinária: 09/03/2026

Sexta Reunião Ordinária: 16/03/2026

Sétima Reunião Ordinária: 06/04/2026

Oitava Reunião Ordinária: 13/04/2026

Nona Reunião Ordinária: 27/04/2026

Décima Reunião Ordinária: 04/05/2026

Décima Primeira Reunião Ordinária: 11/05/2026

Este documento é assinado digitalmente  
Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 1VZOQ-FHBJM-2PFOD-5TN85-JYQ9G





## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

Décima Segunda Reunião Ordinária: 18/05/2026

Décima Terceira Reunião Ordinária: 01/06/2026

Décima Quarta Reunião Ordinária: 08/06/2026

Décima Quinta Reunião Ordinária: 15/06/2026

Décima Sexta Reunião Ordinária: 06/07/2026

Décima Sétima Reunião Ordinária: 13/07/2026

Décima Oitava Reunião Ordinária: 03/08/2026

Décima Nona Reunião Ordinária: 10/08/2026

Vigésima Reunião Ordinária: 17/08/2026

Vigésima Primeira Reunião Ordinária: 14/09/2026

Vigésima Segunda Reunião Ordinária: 21/09/2026

Vigésima Terceira Reunião Ordinária: 28/09/2026

Vigésima Quarta Reunião Ordinária: 05/10/2026

Vigésima Quinta Reunião Ordinária: 19/10/2026

Vigésima Sexta Reunião Ordinária: 26/10/2026

Vigésima Sétima Reunião Ordinária: 09/11/2026

Vigésima Oitava Reunião Ordinária: 16/11/2026

Vigésima Nona Reunião Ordinária: 23/11/2026

Trigésima Reunião Ordinária: 07/12/2026

Trigésima Primeira Reunião Ordinária: 14/12/2026

Este documento é assinado digitalmente  
Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 1VZOQ-FHBJM-2PFOD-5TN85-JYQ9G





## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

*(Documento assinado digitalmente)*

Rafael Silva de Souza Lima - PDT



Este documento é assinado digitalmente  
Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 1VZOQ-FHBJM-2PFOD-5TN85-JYQ9G



**CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA****MANIFESTO DO DOCUMENTO**

Portaria

**Protocolo Nº:** 33  
**Documento Nº:** 4/2026

**Protocolo Data:** 08/01/2026  
**Processo Nº:** SN



Gerado por André Westerstahl de Abreu na repartição Secretaria dia 08/01/2026 às 15:10

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

**1VZOQ-FHBJM-2PFOD-5TN85-JYQ9G**

Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura>

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Rafael Silva de Souza Lima - 056.XXX.XXX-71  
Em 08/01/2026 16:19 UTC -03:00  
Tipo Digital



## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

### Portaria Nº 5/2026 De 08 de janeiro de 2026

“Ratifica o “Convênio de Consignação de Empréstimo em Folha de Pagamento”, celebrado entre o Instituto de Previdência do Município de Extrema – *PREVEXTREMA* e a Câmara Municipal de Extrema, para concessão de empréstimos aos servidores do quadro efetivo do Legislativo Municipal, mediante consignação em folha de pagamento, e dá outras providências.”

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº. 5.360, de 16 de dezembro de 2025, que, ao alterar a redação do § 3º do art. 28 da Lei Municipal nº. 3.404, de 22 de outubro de 2015, passou a autorizar o Instituto de Previdência do Município de Extrema a realizar a concessão de empréstimos, na modalidade consignada, aos servidores em atividade, aposentados e pensionistas, observados os limites e condições previstos em resolução do CMN e na regulamentação estabelecida pelo Executivo Municipal;

**CONSIDERANDO** o Decreto do Executivo nº. 5.041, de 22 de dezembro de 2025, por meio do qual o Poder Executivo regulamentou o citado § 3º do art. 28 da Lei Municipal nº. 3.404/2015, dispondo sobre a efetiva implementação do empréstimo consignado pelo Instituto de Previdência do Município de Extrema – *PREVEXTREMA*;

**CONSIDERANDO** o instrumento jurídico denominado “Convênio de Consignação de Empréstimo em Folha de Pagamento”, elaborado e emitido pelo Instituto de Previdência do Município de Extrema – *PREVEXTREMA*, datado de 08 de janeiro de 2026, visando a pactuação jurídica com a Câmara Municipal de Extrema, para viabilizar a concessão de empréstimos consignados aos servidores efetivos integrantes do Poder Legislativo Municipal;

Este documento é assinado digitalmente  
Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura> e digite o identificador: UZR87-PYRC6-OCVBG-16D8N-1VRF





## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

**CONSIDERANDO** a necessidade de formalização do ajuste entre os Poderes, incluindo-se a Administração Indireta, a fim de assegurar segurança jurídica, transparência e regularidade administrativa na operacionalização dos empréstimos consignados aos servidores efetivos do Legislativo Municipal;

**CONSIDERANDO** que a consignação em folha de pagamento depende de autorização expressa do órgão responsável pela elaboração da folha, nos termos da legislação vigente;

**CONSIDERANDO**, por fim, a competência da Presidência da Câmara Municipal para expedir atos administrativos necessários à organização e ao funcionamento dos serviços internos do Legislativo, bem como as atribuições conferidas à Mesa Diretora pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Extrema;

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, bem como em observância às normas e princípios que regem a Administração Pública,

### RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica ratificado o “Convênio de Consignação de Empréstimo em Folha de Pagamento”, celebrado entre o Instituto de Previdência do Município de Extrema – PREVEXTREMA e a Câmara Municipal de Extrema, com a finalidade de viabilizar a concessão de empréstimos consignados aos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal, mediante desconto em folha de pagamento.

**Parágrafo único.** A via digital do “Convênio de Consignação de Empréstimo em Folha de Pagamento”, mencionado no *caput*, passa a fazer parte integrante desta Portaria.

**Art. 2º** - A consignação dos valores referentes aos empréstimos de que trata esta Portaria observará, rigorosamente, os limites, condições e percentuais máximos estabelecidos na legislação municipal, nas resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN, bem como na regulamentação expedida pelo Poder Executivo Municipal e pelo PREVEXTREMA.

Este documento é assinado digitalmente  
Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura> e digite o identificador: UZR87-PYRC6-OCVBG-16D8N-1VRFX







## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

**Art. 3º** - Compete aos setores administrativos e de recursos humanos da Câmara Municipal adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do Convênio ratificado por esta Portaria, especialmente no que se refere à operacionalização dos descontos em folha, à prestação de informações e ao repasse dos valores consignados.

**Art. 4º** - A adesão dos servidores ao empréstimo consignado é de caráter facultativo, dependendo de prévia e expressa autorização do interessado, nos termos da regulamentação aplicável.

**Art. 5º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*(Documento assinado digitalmente)*

Rafael Silva de Souza Lima - PDT  
Pericle Mazzi Filho - PSDB  
Edvaldo de Souza Santos Junior - Juninho -  
PSD  
Wilton de Alcantara Henriques - REPUB  
Ed Carlos Caetano dos Santos - Solidariedade

Este documento é assinado digitalmente  
Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura> e digite o identificador: UZR87-PYRC6-OCVBG-16D8N-1VRFX





**CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA****MANIFESTO DO DOCUMENTO**

Portaria

**Protocolo Nº:** 39  
**Documento Nº:** 5/2026

**Protocolo Data:** 08/01/2026  
**Processo Nº:** SN



Gerado por João Luiz de Camargo Campos na repartição Secretaria dia 08/01/2026 às 09:50

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

**UZR87-PYRC6-OCVBG-16D8N-1VRFX**

Para confirmar a autenticidade acesse <https://mg-extrema-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura>

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Ed Carlos Caetano dos Santos (Ed Carlos Caetano dos Santos) - 276.XXX.XXX-27  
Em 08/01/2026 15:35 UTC -03:00  
Tipo Digital



Edvaldo de Souza Santos Junior - Juninho (Edvaldo de Souza Santos Junior - Juninho) - 287.XXX.XXX-80  
Em 08/01/2026 16:01 UTC -03:00  
Tipo Digital



Pericle Mazzi Filho - 105.XXX.XXX-20  
Em 08/01/2026 13:48 UTC -03:00  
Tipo Digital



Rafael Silva de Souza Lima - 056.XXX.XXX-71  
Em 08/01/2026 10:15 UTC -03:00  
Tipo Digital



Wilton de Alcantara Henriques (Wilton de Alcantara Henriques) - 131.XXX.XXX-42  
Em 08/01/2026 16:31 UTC -03:00  
Tipo Digital





**AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº. 1493, 11/02/2000**

Endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 – Centro  
Extrema/MG - CEP 37640-000 – Tel.: (35)3435-6266

**CONVÊNIO DE CONSIGNAÇÃO DE EMPRÉSTIMO  
EM FOLHA DE PAGAMENTO**

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE EXTREMA - PREVEXTREMA** E A **CÂMARA MUNICIPAL EXTREMA** PARA FINS DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS SERVIDORES DO QUADRO EFETIVO MUNICIPAL, MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE EXTREMA – PREVEXTREMA**, instituição de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos municipais de Extrema/MG, pessoa jurídica de direito público interno, constituída sob a forma de autarquia municipal, criada nos termos do art. 44 da Lei Municipal nº. 1.493, de 11 de fevereiro de 2000, com sede na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 - Praça dos Três Poderes, CNPJ nº 71.196.935/0001-33, representado por seu Superintendente, Sr. ATAIDE SANTANA JUNIOR, servidor municipal efetivo, cadastro no CPF sob n. 086.\*\*\*.\*\*\*-04 e RG sob n. 12\*\*\*\*\*7-7, doravante designada **PREVEXTREMA** e, de outro lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA**, órgão do Poder Legislativo Municipal, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626 – Ponte Nova – Extrema (MG) – CEP: 37.642-350, inscrita no CNPJ sob o n. 19.038.603/0001-00, neste ato representada por seu Presidente, Sr. RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA, inscrito no CPF sob n. 056.\*\*\*.\*\*\*-71 e RG n. 34\*\*\*\*\*48 doravante designada **CONVENENTE**, celebram, nos termos da **Lei Municipal nº. 5.360 de 16 de dezembro de 2025**, e do outro lado a, celebram o presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Com fulcro na **Lei Municipal nº. 5.360, de 16 de dezembro de 2025**, que, ao alterar a redação do § 3º do art. 28 da Lei Municipal nº. 3.404, de 22 de outubro de 2015, passou a autorizar o Instituto de Previdência do Município de Extrema a realizar a concessão de empréstimos, na modalidade consignada, CONSTITUI objeto do presente convênio a **concessão de empréstimo, com averbação das prestações decorrentes em folha de pagamento, aos servidores da CONVENENTE**, desde que observadas as seguintes condições:

- a) sejam servidores efetivos e estáveis integrantes de seu quadro de pessoal;
- b) sejam aposentados em caráter permanente ou reformados, desde que seus proventos sejam pagos pelo Tesouro Municipal;
- c) sejam pensionistas em decorrência de morte do servidor e que seus proventos sejam pagos pelo Tesouro Municipal;
- d) estejam em gozo de licença para tratamento de saúde e recebam rendimentos integrais e pagos pelo CONVENENTE;

**AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº. 1493, 11/02/2000**

Endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 – Centro  
Extrema/MG - CEP 37640-000 – Tel.: (35)3435-6266

e) sejam aprovados pelo sistema de avaliação de risco de crédito da empresa contratada pelo PREVEXTREMA para a operacionalização dos empréstimos consignados.

**Parágrafo Único.** São impedidos de contrair a operação, os servidores que:

- a) ainda não sejam estáveis, ou seja, os servidores que se encontrem em estágio probatório;
- b) trabalhem sob regime de tarefas;
- c) pertençam ao quadro de servidores efetivos da CONVENENTE e que não esteja em dia com o repasse dos valores averbados;
- d) estejam respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância;
- e) estejam licenciados, afastados, cedidos ou em disponibilidade, cujos proventos não sejam pagos pela CONVENENTE;
- f) estejam na condição de exonerado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE**

Designar, por meio de Carta de Apresentação/Termo de Responsabilidade assinado pelos representantes legais da CONVENENTE, um ou mais representantes que assumam a responsabilidade de:

- a) efetuar o correto enquadramento dos servidores, conforme condições deste Convênio;
- b) recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização deste Convênio, mediante recibo;
- c) averbar em folha de pagamento o valor das prestações dos empréstimos concedidos, em favor do Instituto PREVEXTREMA;
- d) repassar ao PREVEXTREMA, até o 10º (décimo) dia, contado da data do crédito do salário dos servidores, o total dos valores averbados e quando ultrapassar este prazo, repassar com os encargos devidos, previstos no Decreto PREVEXTREMA nº 5041 de 22 de dezembro de 2025.
- e) informar as datas de fechamento da folha de pagamento e do crédito de salário dos servidores;
- f) recepcionar e devolver ao PREVEXTREMA o extrato e o arquivo relativos aos contratos a serem consignados em folha de pagamento, os efetivamente averbados, bem como os excluídos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores ao vencimento das prestações;
- g) comunicar ao PREVEXTREMA a justificativa para as eventuais impossibilidades de averbação das prestações;



**AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº. 1493, 11/02/2000**

Endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 – Centro  
Extrema/MG - CEP 37640-000 – Tel.: (35)3435-6266

- h) comunicar ao PREVEXTREMA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data do conhecimento do fato, a ocorrência da redução na remuneração;
- i) solicitar a exclusão no extrato ou arquivo de averbação de servidores/devedores desligados por qualquer motivo que estejam sendo excluídos da folha de pagamentos da CONVENENTE;
- j) solicitar ao PREVEXTREMA, para liquidação antecipada, posição de dívida de servidor/devedor que esteja em fase de interrupção, suspensão ou exclusão da folha de pagamento;
- k) reter e repassar ao PREVEXTREMA, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, o valor da dívida apresentada pelo PREVEXTREMA, **até o limite de 30% (trinta por cento) das verbas rescisórias**, conforme autorização contratual e legislação vigente, especialmente o disposto na Lei Federal nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003;
- l) notificar o servidor devedor para comparecer junto ao PREVEXTREMA, a fim de negociar o pagamento da dívida, na ocorrência de desligamento ou outro motivo que acarrete a exclusão da folha de pagamento e quando a parcela da verba rescisória retida for insuficiente para liquidar o valor da dívida apresentada pelo PREVEXTREMA, bem como quando da redução do salário;
- m) acatar os parâmetros e normas operacionais vigentes do PREVEXTREMA e sua programação financeira;
- n) prestar ao Instituto PREVEXTREMA as informações necessárias para a contratação da operação, inclusive o total já consignado em operações preexistentes e as demais informações necessárias para subsidiar o cálculo da margem consignável disponível;
- o) indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência do PREVEXTREMA, de cancelamento das averbações das prestações do empréstimo, até o integral pagamento o do débito.
- p) Responsabilizar-se pela ampla divulgação a seus servidores sobre a formalização, objeto e condições deste Convênio, orientando-os quanto aos procedimentos necessários para a obtenção do empréstimo, bem como por esclarecimentos adicionais que vierem a ser por eles solicitados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO PREVEXTREMA**

**I -** Conceder empréstimo, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, aos servidores da CONVENENTE, respeitadas as condições estabelecidas neste Convênio;

**AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº. 1493, 11/02/2000**

Endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 – Centro  
Extrema/MG - CEP 37640-000 – Tel.: (35)3435-6266

II - Fornecer à CONVENENTE, no prazo mínimo de 2 (dois) dias que antecedem ao fechamento da folha de pagamento, arquivo e/ou extrato, contendo a identificação de cada contrato, nome do servidor/devedor e valor da prestação a ser averbada em folha de pagamento;

III - Providenciar as exclusões no extrato ou arquivo de averbação, de servidores/devedores, de acordo com as informações e solicitações da CONVENENTE, nas situações previstas neste Convênio;

IV - Fornecer a posição de dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pela CONVENENTE, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho do servidor/devedor.

V - Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga ao empregador, por parte do empregado devedor, de autorização, em caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo.

**CLÁUSULA QUARTA - DATA DO PAGAMENTO DOS RENDIMENTOS**

O fechamento da folha de pagamento da CONVENENTE ocorre no dia 1º (primeiro) de cada mês, sendo que o crédito dos vencimentos de seus servidores é efetuado até o 5º (quinto) dia útil do respectivo mês.

**CLAUSULA QUINTA - DA POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO**

A Conveniente por meio deste instrumento:

( ☒ ) Permite a renovação da concessão de crédito para servidores/devedores com desconto das prestações decorrentes em folha de pagamento, junto à (ao) CONVENENTE mediante repactuação dos termos e condições especificados neste contrato e no Contrato de Crédito Consignado do servidor/devedor.

( ☐ ) Não permite a renovação da concessão de crédito para servidores/devedores com desconto das prestações decorrentes em folha de pagamento, junto à (ao) CONVENENTE/EMPREGADOR.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO**

O presente Convênio é celebrado pelo prazo de 60 (sessenta) meses, sendo que quaisquer das partes poderão rescindi-lo conforme previsto na Cláusula oitava.

**AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº. 1493, 11/02/2000**

Endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 – Centro  
Extrema/MG - CEP 37640-000 – Tel.: (35)3435-6266

**CLÁUSULA SÉTIMA - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONVÊNIO**

O PREVEXTREMA suspenderá a concessão de novos empréstimos aos servidores da CONVENENTE, quando:

- a) ocorrer o descumprimento por parte da CONVENENTE de qualquer cláusula ou condição estipulada neste Convênio;
- b) a CONVENENTE não repassar ao PREVEXTREMA os valores averbados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o vencimento do extrato;
- c) os valores repassados pela CONVENENTE num prazo de 12 (doze) meses forem inferiores a 90% (noventa por cento) do total a ser repassado no mesmo período;
- d) houver mudanças na legislação, na política governamental ou operacional do PREVEXTREMA, que recomendem a suspensão das contratações.

**Parágrafo Primeiro.** A suspensão do Convênio não desobriga a CONVENENTE de continuar realizando as averbações das prestações e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados.

**Parágrafo Segundo.** O restabelecimento do Convênio ficará a critério do PREVEXTREMA, após a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

**CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO DO CONVÊNIO**

A qualquer tempo, é facultado às partes denunciar o presente Convênio, mediante manifestação formal de quem a desejar, continuando, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pela CONVENENTE, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

**Parágrafo Primeiro.** A partir da data de formalização da denúncia, por qualquer das partes, ficam suspensas novas contratações de crédito, com exceção do previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo.** As propostas em andamento terão continuidade de análise e poderão resultar em contratação do crédito em caso de aprovação pelo PREVEXTREMA, obrigando-se a CONVENENTE a promover a averbação das prestações em folha de pagamento até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

**Parágrafo Terceiro.** A ocorrência de 3 (três) suspensões causadas pela CONVENENTE implicará na rescisão do Convênio.



**AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº. 1493, 11/02/2000**

Endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 – Centro  
Extrema/MG - CEP 37640-000 – Tel.: (35)3435-6266

**CLÁUSULA NONA**

Os descontos autorizados pelo servidor/devedor na forma deste Convênio terão preferência sobre outros descontos da mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

Não realizado o pagamento do extrato mensal na data definida neste instrumento, incidirá multa no importe Multa de 2% (dois por cento) calculada sobre a importância devida, atualizada monetariamente pelo índice IPC-A, quando o recolhimento for efetuado espontaneamente, bem como perdas e danos e responsabilização administrativa, civil e penal da CONVENIENTE e/ou seu(s) representante(s).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

As Partes declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo a Lei nº 13.079/2018 (LGPD). Declaram, ainda, que, sendo necessário o compartilhamento mútuo de dados pessoais para concessão de empréstimos aos servidores mediante consignação em folha de pagamento, **comprometem-se a adotar todas as medidas de segurança para proteger dados pessoais e cadastrais sob seu controle.**

**Parágrafo Único.** Por meio do contrato de concessão e/ou renovação o servidor/devedor autorizará o Instituto PREVEXTREMA a realizar o tratamento dos seus dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018, ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos neste contrato, em cumprimento a boa-fé e aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÃO A SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Fica expressamente vedada a contratação de operações de crédito consignado por servidores em estágio probatório, bem como por estagiários ou por quaisquer outros vínculos funcionais não estabilizados, enquanto perdurar tal condição.

**AUTARQUIA MUNICIPAL CRIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº. 1493, 11/02/2000**

Endereço: Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 – Centro  
Extrema/MG - CEP 37640-000 – Tel.: (35)3435-6266

A presente restrição fundamenta-se no princípio da responsabilidade administrativa e na necessidade de preservar a capacidade financeira do servidor durante o período de avaliação inicial, considerando que eventual exoneração ou desligamento pode comprometer a solvência da operação e gerar risco à Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram do presente Convênio, o foro competente é o da Comarca de Extrema, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

A CONVENIENTE declara, para todos os fins de direito que teve prévio conhecimento das cláusulas contratuais, por período e modo suficientes para o pleno conhecimento das estipulações previstas, as quais reputa claras e desprovidas de ambiguidade, dubiedade ou contradição, estando ciente dos direitos e das obrigações previstas neste Convênio, e, por estarem assim justas e convencionadas, assinam este Convênio, ficando cada parte com uma via de igual teor.

Extrema - MG, 08 de janeiro de 2026.

\_\_\_\_\_  
INSTITUTO PREVEXTREMA

Superintendente: **Ataíde Santana Junior**  
CPF: 086.\*\*\*.\*\*\*-04

\_\_\_\_\_  
CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

Presidente: **Rafael Silva de Souza Lima**  
CPF: 056.\*\*\*.\*\*\*-71

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome: **Arlete Rosiane Olympio**  
CPF: 037.\*\*\*.\*\*\*-41

\_\_\_\_\_  
Nome: **Jaqueline de Souza Machado**  
CPF: 075.\*\*\*.\*\*\*-22



**PUBLICADO**  
**Extrema, 22 / 12 / 25**

**DECRETO Nº. 5.041**

**DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**“Regulamenta o § 3º do art. 28 da Lei Municipal nº. 3.404, de 22/11/2015, para dispor sobre a implementação do empréstimo consignado pelo Instituto de Previdência do Município de Extrema, e dá outras providências.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA**, Senhor Fabrício Sanchez Bergamin, no uso das atribuições legais,

**DETERMINA:**

**Art. 1º** - Este Decreto visa regulamentar o disposto no § 3º do art. 28 da Lei Municipal nº. 3.404, de 22/11/2015, para fins de efetiva implementação do empréstimo consignado pelo Instituto de Previdência do Município de Extrema, nos termos da Emenda Constitucional nº. 103/2019.

**Art. 2º** - Os empréstimos consignados terão como destinatários os servidores efetivos ativos do município de Extrema, segurados aposentados e pensionistas que são beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de Extrema, conforme classificação da capacidade de pagamento – CAPAG-A.

**Parágrafo único.** Novos empréstimos a servidores efetivos (ativos) serão automaticamente suspensos em caso de mudança da nota CAPAG do município de Extrema, conforme a regulamentação nº 4.963/2021 publicada em 25 de novembro de 2021, pelo CMN - Conselho Monetário Nacional.

**Art. 3º** - O PREVEXTREMA disponibilizará até o limite de 10% do seu Patrimônio Líquido para a contratação de empréstimo consignado, esteando-se aos seguintes pontos:



**I** – O valor disponibilizado pelo Instituto poderá vogar dentro do limite supracitado;

**II** – Ocorrerá a suspensão de novos empréstimos quando o teto do valor previamente disponibilizado for atingido;

**III** – O Instituto poderá modificar o limite disponível para empréstimo caso ocorra alterações na certificação Pró-Gestão ou por motivo de força maior, com a devida previsão legal.

**IV** – Será possível alterar também o grupo de servidores contemplados com o crédito em caso de mudança na nota CAPAG, conforme a regulamentação nº 4.963/2021 publicada em 25 de novembro de 2021, pelo CMN - Conselho Monetário Nacional.

**Art. 4º** - Será exigido do candidato a tomador do empréstimo, certidão negativa do órgão a que está vinculado constando não ser o servidor objeto de Processo Administrativo Disciplinar em curso.

**Art. 5º** - A contratação do empréstimo ocorrerá mediante assinatura de um contrato junto ao Instituto de Previdência de Extrema/PREVEXTREMA.

**Art. 6º** - O empréstimo consignado a ser repassado a um candidato a tomador deste empréstimo não poderá ter o valor de sua parcela de amortização mensal superior a 35% da remuneração base deste, considerando que, possuindo este servidor empréstimo consignado junto a outro agente financeiro este limite de 35% deverá contemplar a soma de todas as parcelas mensais.

**Art. 7º** - Fica estipulado que a taxa nominal de juros mensal é de 1,58%, e o prazo de pagamento será de, no máximo, 96 meses.

**Art. 8º** - São elegíveis para contratar empréstimos consignados os segurados maiores de 18 (dezoito) anos e os com idade até de 75 (setenta e dois) anos que atenderem aos requisitos necessários previstos nesta norma e na Política de Investimento do Instituto, desde que possuam margem consignável disponível para contratação de empréstimos consignados, mediante a consignação em folha de pagamento.



**Art. 9º** - A idade limite para contratação do empréstimo consignado será de 72 anos, no qual, tal grupo ficará limitado ao máximo de 36 parcelas, conforme disposto nos dispositivos a seguir especificados:

**I** – Tomadores com idade até 67 anos, terão disponibilizadas 96 parcelas;

**II** – Tomadores com idade de 68 anos, serão limitados à 84 parcelas;

**III** – Tomadores com idade de 69 anos, serão limitados à 72 parcelas.

**IV** – Tomadores com idade até 70 anos, serão limitados à 60 parcelas;

**V** – Tomadores com idade de 71 anos, serão limitados à 48 parcelas;

**VI** – Tomadores com idade de 72 anos, serão limitados à 36 parcelas;

**VII** – Tomadores com idade de 73 anos, serão limitados à 24 parcelas;

**VIII** – Tomadores com idade de 74 anos, serão limitados à 12 parcelas;

**Art. 10** - Considerando a data efetiva da contratação do empréstimo, somando-se ao número de parcelas instituída para cada servidor, o empréstimo deverá ser quitado pelo tomador até a idade limite de 75 anos.

**Art. 11** - Fica estabelecido que o desconto da prestação mensal do empréstimo será por consignação em folha de pagamento, devidamente autorizada pelo tomador.

**Art. 12** - Não será concedido prazo de carência para o início do pagamento das parcelas, sendo a primeira parcela lançada na folha de pagamento correspondente ao mês de contratação do crédito, ou na próxima, caso já não haja tempo hábil de lançamento para o mês corrente.



**Art. 13** - As taxas relacionadas ao fundo garantidor e ao fundo de oscilação de risco serão de 0,05% e 0,05%, respectivamente, já inclusos na taxa nominal de juros estipulada pelo artigo 7º, composta da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO DA TAXA NOMINAL DE JUROS	
DESCRIÇÃO	ao mês
Fundo garantidor	0,05%
Fundo de oscilação	0,05%
Taxa de remuneração do RPPS	1,15%
Taxa de administração	0,33%
<b>CUSTEIO NOMINAL TOTAL</b>	<b>1,58%</b>

**Art. 14** - Será descontado do valor bruto contratado o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, conforme Lei Federal 5.143 de 20/10/1966, retido pelo próprio Instituto RPPS, de acordo com o disposto abaixo:

- I** – alíquota fixa de 0,38% aplicada sobre a base de cálculo;
- II** - alíquota fixa de 0,0082% ao dia pelo prazo total do empréstimo (número de dias total até a última parcela), limitado, para efeito deste cálculo, ao máximo de 365 dias.

**Art. 15** - Em caso de não pagamento da parcela do empréstimo por parte do tomador, serão incididos juros, multa e atualização monetária calculados sob o mesmo regime de tributos estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 002/2015, o qual, dar-se-á da seguinte forma:

- I** - A importância devida, atualizada monetariamente pela variação acumulada do IPC-A;
- II** – Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre a importância devida, atualizada monetariamente;
- III** – Multa de 2% (dois por cento) calculada sobre a importância devida, atualizada monetariamente, quando o recolhimento for efetuado espontaneamente;





**Art. 16** - É permitida uma NOVAÇÃO do contrato de empréstimo, por vontade do consignante, a cada 12 (doze) meses, desde que não haja prestações vencidas e não pagas, mantendo-se um único contrato em aberto, e sujeito às condições contratuais vigentes no ato da NOVAÇÃO.

**Art. 17** - Em caso de exoneração, demissão, afastamento sem remuneração ou cessação de benefício, haverá a retenção de até 30% (trinta por cento) das verbas rescisórias para a quitação do saldo devedor do empréstimo, e na hipótese de sua insuficiência, deverá o tomador quitar integralmente o respectivo saldo junto ao PREVEXTREMA.

**Parágrafo único.** Caso a medida prevista no caput do artigo não seja possível, deverá haver a cobrança por débito em conta corrente ou pagamento direto ao PREVEXTREMA.

**Art. 18** - Fica expressamente vedada a contratação de operações de crédito consignado por servidores em estágio probatório, isto é, a servidores efetivos não estáveis, ou seja, aqueles que ainda não venceram o período de estágio probatório, enquanto perdurar essa condição.

**Art. 19** - Em caso de o tomador solicitar a liquidação antecipada de seu contrato, deverá ser disponibilizado demonstrativo do valor total antecipado, do valor do desconto, do valor líquido a pagar e do cálculo do saldo devedor.

**Art. 20** - A liquidação antecipada do empréstimo poderá ser realizada pelo tomador com o prazo mínimo de 12 (doze) meses/parcelas.

**Art. 21** - Na hipótese de o segurado possuir mais de um vínculo com o PREVEXTREMA, cada vínculo será tratado de forma autônoma para todos os efeitos das operações de empréstimos consignados junto ao regime.

**Art. 22** - Se houver modificação no valor do benefício, da remuneração ou das margens de consignação, ou, ainda, dos descontos previstos do empréstimo consignado, poderá ensejar a reprogramação de retenção ou da consignação, desde que repactuada entre o Instituto e o tomador, por sua manifestação expressa.





**Art. 23** - Em caso de posterior inexistência de margem consignável para quitação de determinada parcela do empréstimo, o segurado deverá providenciar junto ao PREVEXTREMA a liquidação da prestação, devidamente atualizada, devendo o órgão responsável pela folha de pagamento do tomador informar imediatamente o ocorrido ao PREVEXTREMA.

**Art. 24** - É estritamente proibido a portabilidade dos saldos contratados junto ao PREVEXTREMA a outras instituições financeiras, independentemente de qual seja.

**Art. 25** - O recurso objeto do empréstimo será creditado na conta corrente do tomador em no máximo três dias úteis após a contratação.

**Art. 26** - A disponibilização dos recursos para contratação do crédito consignado por parte do PREVEXTREMA ocorrerá a partir do dia 23 de dezembro de 2025.

**Art. 27** - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

FABRICIO SANCHEZ  
BERGAMIN:311850  
85823

Assinado de forma digital  
por FABRICIO SANCHEZ  
BERGAMIN:31185085823  
Dados: 2025.12.22  
16:30:59 -03'00'

**Fabrício Sanchez Bergamin**

**- Prefeito Municipal -**



**PUBLICADO**  
**Extrema, 16 / 12 / 25**

**LEI Nº. 5.360**

**DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**“Altera a redação do §3º do art. 28 da Lei Municipal nº 3.404, de 22 de outubro de 2015, e dá outras providências.”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE EXTREMA**, Senhor Fabrício Sanchez Bergamin, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Extrema aprovou e ele sanciona a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** - O §3º do art. 28 da Lei Municipal nº 3.404, de 22 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“§3º** – É vedada a concessão de empréstimos ao Município e às entidades da administração indireta, sendo consentida a concessão de empréstimos aos servidores em atividade, aposentados e pensionistas, na modalidade consignada, devendo a unidade gestora observar os limites e condições, conforme regulamentação específica a ser estabelecida por ato do Poder Executivo Municipal.”

**Art. 2º** - Fica revogada a Lei Municipal nº 5.210, de 13 de maio de 2025.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO SANCHEZ  
BERGAMIN:3118508  
5823

Assinado de forma digital por  
FABRICIO SANCHEZ  
BERGAMIN:31185085823  
Dados: 2025.12.16 16:34:07  
-03'00'

**Fabrício Sanchez Bergamin**

- Prefeito Municipal -



CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA



## ATO DE AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2025 – DISPENSA Nº 19/2025

**CONSIDERANDO** os elementos contidos no presente processo de licitação na modalidade dispensa;

**CONSIDERANDO** que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** o parecer jurídico anexo nos autos, na íntegra.

No uso das atribuições que me foram conferidas **AUTORIZO A CONTRATAÇÃO DOS ITENS**, nos termos descritos abaixo, com a contratada **MARINHO GÁS DISTRIBUIDORA LTDA**:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	QUANT. ESTIMADA 05 ANOS	VALOR GLOBAL ESTIMADO 05 ANOS
01	Gás de cozinha, 13kg, GLP	Fogás	R\$ 118,00	150 botijões	R\$ 17.700,00
02	Botijão de gás vazio, 13kg, GLP	Fogás	R\$ 240,00	15 peças	R\$ 3.600,00
03	Kit regulador registro de gás + mangueira e abraçadeiras	Aliança	R\$ 60,00	15 peças	R\$ 900,00
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					R\$ 22.200,00

Extrema, MG, 08 de janeiro de 2026.

RAFAEL SILVA DE SOUZA  
LIMA:05691603671  
03671

Assinado de forma digital por RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA:05691603671  
Dados: 2026.01.08 09:32:42 -03'00'

**RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA**  
**PRESIDENTE**





CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA

**HOMOLOGAÇÃO****PROCESSO– Nº 145/2025 DISPENSA – Nº 19/2025**

**HOMOLOGAÇÃO.** Câmara Municipal de Extrema. **HOMOLOGO** para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos a contratação dos itens a seguir com a empresa MARINHO GÁS DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA, pelo preço relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARC A	VALOR UNIT.	QUANT. ESTIMADA 05 ANOS	VALOR GLOBAL ESTIMADO 05 ANOS
01	Gás de cozinha, 13kg, GLP	Fogás	R\$ 118,00	150 botijões	R\$ 17.700,00
02	Botijão de gás vazio, 13kg, GLP	Fogás	R\$ 240,00	15 peças	R\$ 3.600,00
03	Kit regulador registro de gás + mangueira e abraçadeiras	Aliança	R\$ 60,00	15 peças	R\$ 900,00
<b>VALOR GLOBAL DA PROPOSTA</b>					<b>R\$ 22.200,00</b>

**O Processo nº. 145/2025, Dispensa nº. 19/2025** está em conformidade com a Lei 14.133/2021, suas posteriores alterações, e sendo conveniente à administração, que adota, na íntegra, o parecer jurídico anexado nos autos. O processo em epígrafe encontra-se com vistas franqueadas aos interessados. Assina: Rafael Silva de Souza Lima, presidente.

Extrema, MG, 08 de janeiro de 2026.

RAFAEL SILVA  
DE SOUZA  
LIMA:0569160  
3671

Assinado de forma  
digital por RAFAEL  
SILVA DE SOUZA  
LIMA:05691603671  
Dados: 2026.01.08  
09:33:55 -03'00'

Rafael Silva de Souza Lima  
Presidente





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
EXTREMA**